

Empresários criticam juros e impostos

*E o ministro
Palocci garante que
a carga tributária
não vai subir*

BRASÍLIA – Taxas de juros elevadas e dificuldade em obtenção de crédito foram duas das principais queixas apresentadas pelo empresariado ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, durante reunião do Fórum Nacional da Indústria. Eles também reclamaram da carga tributária e expressaram temor de que ela sofra nova elevação, após a reforma tributária e a implantação da cobrança não cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

“A carga tributária não vai subir”, afirmou o ministro, segundo relato de um empresário. “Podem me cobrar.” Durante o encontro, um almoço ao qual a imprensa não teve acesso, Palocci explicou que a taxa Selic não é o único componente das taxas de juros. Por isso, o go-

verno prepara um amplo programa para fazer baixar o spread. Essa é uma das principais medidas que, segundo Palocci, deverá ocupar governo e sociedade em 2004.

As linhas básicas da política industrial divulgadas anteriormente foram elogiadas pelos empresários, mas eles cobraram informações quanto aos instrumentos para executá-la. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, disse, em entrevista após a reunião, que espera uma participação maior do setor produtivo na discussão desses instrumentos. Alguns empresários questionaram o fato de a política eleger quatro setores: software, semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital. Os críticos disseram que essa lista não abrange a diversidade da economia brasileira.

Palocci explicou que haverá políticas verticais, centradas em setores, mas também políticas horizontais, que beneficiarão a economia como um todo. É o caso da redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de capital. Na mesma linha, está o fortalecimento do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar o setor produtivo.

Diante da cobrança dos instrumentos da política industrial,

Palocci explicou que serão buscadas formas de “explorar ao máximo” as potencialidades dos setores. Ele citou como exemplo o agronegócio, cujo sucesso decorreu de dois fatores: estabilidade econômica e investimento em tecnologia.

Palocci também afirmou que o BNDES não precisará de uma capitalização de R\$ 10 bi-

lhões, como se especulou ontem. Na avaliação do ministro, o governo, numa ação coordenada de diversas áreas, tomará “medidas técnicas” para assegurar ao BNDES condições para que a instituição possa operar, em 2004, uma carteira de financiamentos de R\$ 47 bilhões.

“Acho que não é necessária uma capitalização de R\$ 10 bilhões. O fundamental é que estamos elaborando uma série de medidas técnicas que serão suficientes para as ações do BNDES”, disse Palocci, após a reunião da CNI. “Há várias equações, pequenas medidas que juntas dão essa possibilidade para o BNDES, sem nenhum comprometimento fiscal.”

Segundo o ministro, as decisões com relação ao BNDES estão sendo discutidas por ele, pelo ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e pelo presidente do BNDES, Carlos Lessa. O ministro confirmou ainda que o BNDES será peça fundamental no desenvolvimento da política industrial. (L.A.O. e Renato Andrade)

ELOGIOS A PRINCÍPIOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL